

ASPECTOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS DOS ABRIGOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A FORMAÇÃO DO EDUCADOR E O ACOMPANHAMENTO DOS ABRIGADOS

Prof. Dra. Maria Virgínia Bernardi Berger¹
mvbberger@uol .com.br

Acadêmica Eliza Ribas Gracino - CNPq/PIBIC/UEPG

RESUMO: Este artigo aborda os aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes e focaliza aspectos relacionados a formação e ao papel do educador no acompanhamento dos abrigados. Está estruturado em dois eixos: no primeiro, procede-se breve retrospectiva histórica sobre a política para a infância e a adolescência no Brasil; no segundo, são apresentados os resultados de pesquisa realizada em 2004/2005 junto a uma Instituição/Abrigo, de natureza não governamental. No decorrer do texto correlaciona-se os indicadores obtidos pela pesquisa documental com os indicadores do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada - Rede SAC; descreve-se e analisa-se os avanços qualitativos obtidos pela pesquisa-ação realizada junto aos educadores da Instituição/Abrigo.

Palavras - Chave: Formação do Educador, Abrigos, História da Educação

HISTORICAL AND EDUCATIONAL ASPECTS OF THE SHELTERS FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS: THE FORMATION OF THE EDUCATOR AND THE ATTENDANCE OF THE SHELTERED ONES.

ABSTRACT: This article deals with the historical and educational aspects of the shelters for children and adolescents and focuses on the aspects related to the formation and to the role of the educator in the attendance of the sheltered ones. It is structuralized in two axles: in the first one, a brief historical retrospect on the politics for infancy and adolescence in Brazil is done; in the second one, the results of a research carried through 2004/2005 in a Institution/Shelter, of not governmental nature is discussed. Through the text, the pointers gotten from the documentary research, together with the pointers from the National Survey of Shelters for Children and Adolescents from the Net of Continued Action Services - Net SAC are correlated; the qualitative advances gotten by the research-action developed together with the educators of the Institution/ Shelter are also described and analyzed.

Key words: Educator Formation, Shelters, History of the Education

A Declaração dos Direitos da Criança foi proclamada no dia 20 de novembro de 1959 pela Assembléia Geral das Nações Unidas e em seu preâmbulo diz expressamente que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, requer proteção e cuidados especiais, quer antes ou depois do nascimento. E prossegue, afirmando que à criança a humanidade deve prestar o melhor de seus esforços. Houve uma história que a antecedeu e há uma história posterior. Como se caracteriza o momento histórico atual, no Brasil? Quais as instâncias envolvidas na proteção da infância e adolescência e qual sua natureza institucional?

¹ Doutora em Educação, Professora do Departamento de Educação e do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

Como surgiram os Abrigos? Qual o papel do educador no Abrigo? Como se caracteriza o trabalho educativo no Abrigo? Qual a sistemática de acompanhamento e orientação dos abrigados? Como a educação pode contribuir para que o "cuidador" adquira o perfil de "educador"? As respostas para essas questões serão apresentadas a seguir, tendo como fio condutor dois eixos: no primeiro procedemos uma breve retrospectiva histórica sobre a política para a infância e a adolescência no Brasil; no segundo focalizamos o Instituto / Abrigo João XXII, da cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná. Os objetivos desse artigo consistem em correlacionar os indicadores obtidos pela pesquisa documental realizada em 2004/2005 junto a Instituição Abrigo João XXIII com os indicadores do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (IPEA/CONANDA, 2004)²; descrever e analisar os avanços qualitativos obtidos pela Pesquisa -Ação realizada junto a equipe de responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes abrigados.

A meta é contribuir para a produção de conhecimento no campo da educação e história dos Abrigos, buscando compreender o conteúdo da relação parte - todo. Isto é, de buscar avançar na percepção de que a especificidade do local é necessariamente, construída na relação com o nacional o qual por sua vez expressa as especificidades dos vários "locais", possibilitando generalizações mais consistentes e condizentes com o processo histórico.

1. Breve histórico sobre as políticas da infância e adolescência no Brasil

No período colonial, de 1500 até 1822, o Brasil se estruturou econômica e politicamente através do vínculo com a metrópole portuguesa. As leis e as ordens para as crianças vinham da metrópole e eram aplicadas através da burocracia, dos representantes da corte e da igreja católica. A igreja e o estado uniam-se no processo de manutenção do poder, articulando a conquista armada com a legitimação religiosa. O cuidado com as crianças índias, segundo Faleiros (2004, p.2) era realizado pelos padres jesuítas os quais tinham por objetivo batizá-las e incorporá-las ao trabalho. Foram fundadas casas de recolhimento ou Casas para meninos e meninas índias.

A dinâmica da economia exportadora de madeira, ouro, açúcar e de produtos agrícolas passou a se fundamentar no trabalho escravocrata, os escravos eram considerados um objeto econômico. A criação de crianças escravas era mais cara que a importação de um escravo adulto, já que com um ano de trabalho o escravo pagava seu preço de compra. Havia grande mortalidade infantil nesse segmento. As mães eram alugadas como mães de leite. Na prática social e política produzia-se a separação dos filhos de suas próprias mães. A criança escrava, mesmo depois da Lei do Ventre Livre, em 1871, podia ser utilizada pelo senhor desde os 8 anos até os 21 anos se, mediante indenização do Estado não fosse libertada. As relações sexuais entre senhores e escravas ou índias eram uma prática comum, mas considerada imoral e ilegítima, donde decorriam, também, grande número de filhos ilegítimos, contrariando a moral do casamento. Os filhos nascidos fora do casamento, com raras exceções eram fadados ao abandono. A pobreza também era causa de abandono.

Essa situação levou o vice rei a propor, em 1726, duas medidas: coleta de esmolas na comunidade para socorro às crianças e, sua internação. A política pública se fazia no interesse de proteger a honra privada, escondendo-se a ilegitimidade com um véu assistencialista e religioso, ao mesmo tempo facilitador do trabalho doméstico. Para atender à internação de crianças foi implantada a Roda, um cilindro giratório na parede da Santa Casa que permitia que a criança fosse colocada de fora sem que fosse vista de dentro, e assim recolhida pela Instituição que criou um local denominado Casa de Expostos. A maioria dessas crianças

² IPEA - Instituto de pesquisa Econômica Aplicada em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

enfeitadas ou expostas era branca ou parda, filhos de brancos ou de brancos e negros. A primeira roda foi criada em 1726 na Bahia e última, em São Paulo, só foi extinta nos anos cinquenta, conforme Faleiros, (2004, p. 3). Além das Santas Casas, misto de espaço público e privado, cabia as Câmaras Municipais cuidar dos abandonados, podendo para isso criar impostos. Nos meados do século XIX, após a Independência do Brasil, a formulação de políticas para a infância se inscreve como uma questão da ordem pública.

Em 1854 havia a intenção de recolher os meninos que vagavam pelas ruas, segundo um decreto imperial desse mesmo ano. Em 1871 foi criado o asilo de meninos desvalidos. As meninas desvalidas indigentes eram acolhidas na Santa Casa desde 1740. No final do século XIX havia trinta asilos de órfãos, sete escolas industriais e de artífices e quatro escolas agrícolas, vinculando-se a atenção à criança ao trabalho subalterno.

Com a Proclamação da República, em 1889, precedida pela Abolição da Escravidão, em 1888, não houve mudança no enfoque oficial sobre os asilos. Em virtude do rompimento das relações entre igreja e estado os asilos expandiram, por iniciativa privada e com subsídio público. No contexto social e político da época à questão da ordem se aliou a questão da higiene. No final do século os médicos começaram a se preocupar com a mortalidade infantil, com a amamentação, com a inspeção escolar, com a creche como forma de substituir a Roda. Nesse contexto, a ordem social deveria ser priorizada através da correção do comportamento desviante com casas correccionais e orfanatos preparatórios para o trabalho. Em 1903, foi criada a "Escola Correccional 15 de Novembro" e em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores. Em 1924 foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores.

Em 1927 toda a legislação é consolidada no primeiro Código de Menores, o qual cuidava, ao mesmo tempo, das questões de higiene da infância e da delinqüência e estabelecia a vigilância pública sobre a infância. O menores eram classificados em abandonados e delinqüentes.

Em 1942, no governo de Getúlio Vargas consolidou-se uma política assistencialista e repressiva para a infância e adolescência. Foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM - então ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor de idade, com enfoque tipicamente correccional-repressivo. Nessa mesma época foi criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA - para dar apoio aos combatentes da II Guerra Mundial e as suas famílias, tendo, depois, se estabelecido como instituição de assistência suplementar para a sociedade civil de modo geral.

No ano de 1964 estabeleceu-se pela Lei 4.513 a Política Nacional de Bem Estar do Menor - PNBEM - com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor - FUNABEM com o objetivo de dar um caráter nacional à política de bem estar de crianças e adolescentes. No fim dos anos 1970, surge segundo Silva (2004,p.24), um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de sua história, que apontava a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições.

A década de 1980 foi caracterizada pelo início da abertura democrática e em 1986 foi criada a Comissão Nacional Criança e Constituinte e a Funabem sai da Previdência Social e passa para o Ministério do Interior, responsável pelas áreas social e de desenvolvimento. Em 1988, a nova Constituição Federal chamada "cidadã" contempla a proteção integral a crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de introduzir no aparato legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde.

Os princípios constitucionais provocaram a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13/07/90, publicada em 16/07/90, com vigência a partir de 12/10/90. Segundo Câmara (2000, p.5) o mérito do ECA foi criar um sistema de justiça para

a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juizes de Direito, Juizes da Infância e da Juventude, cabendo, ao Conselho Municipal, definir as políticas de atendimentos, ao Conselho Tutelar, a sua execução.

Na época o ECA constituiu-se na única legislação no contexto latino americano adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança. Em decorrência da aprovação do ECA, a Funabem foi extinta, tendo sido criada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência- FCBIA, integrando o Ministério da Ação Social. Contudo em 1995 extingue-se também a FCBIA, juntamente com a LBA, no processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As atribuições desses órgãos foram assumidas pela Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania, no Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Assistência Social, no Ministério da Previdência e Assistência Social.

No atual governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a área dos direitos humanos foi desmembrada do Ministério da Justiça, tendo sido criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos SEDH, ligada à Presidência da República para o atendimento aos direitos sociais básicos, que contemplam as políticas de educação, saúde, esporte, cultura e lazer. O tema crianças e adolescentes está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA - responsável pela coordenação nacional da Política de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social, cujo atendimento não seja contemplado no âmbito de atuação das demais políticas setoriais - saúde, educação e assistência social. A Política de Proteção Especial envolve todo o sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto pelos Conselhos de Direitos e Tutelares, Ministério Público e Judiciário.

Já a assistência social, constituiu-se a partir de 2004 uma secretaria integrante do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, responsável pelas ações referentes à execução do atendimento em instituições, bem como ao suporte técnico e financeiro para os programas na área da infância e da adolescência. As ações voltadas ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e vítimas de maus tratos e ou violência, são realizadas de forma integrada pelas áreas de direitos humanos e de assistência social do governo federal.

Entre as modalidades de ações da esfera federal na área de assistência social inclui-se a Rede de Serviços de Ação Continuada - SAC / Abrigos para crianças e adolescentes, vinculada a Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. A Rede SAC, visa à melhoria de vida da população, e suas ações estão voltadas para as necessidades básicas, com prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social.

Apesar das inovações introduzidas pela definição legal, na prática persistem as contradições. O atendimento em serviço de abrigo para crianças e adolescentes sempre teve maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que do serviços governamentais. A finalidade dos abrigos difere das finalidades das creches. Enquanto essas últimas cumprem uma função educativa, à qual se agregam as ações de cuidado contínuo com crianças entre zero e seis anos que vivem em um núcleo familiar, os abrigos são equipamentos de proteção provisória para crianças e adolescentes que necessitam permanecer, com vistas à própria proteção, temporariamente privados da convivência familiar.

O relatório "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil" (IPEA/CONANDA,2004), ainda que restrito aos 589 estabelecimentos integrados a rede de abrigo que recebem recursos do Governo Federal, aponta várias tendências no perfil das entidades abrigo e dos seus usuários. De acordo com o Relatório, a

informação sobre o total de abrigos existentes não pode ser obtida nos cadastros nacionais de entidades do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social e de Utilidade Pública do Ministério da Justiça, visto que são agregados por modalidades de atendimento.

O atendimento residual feito por meio da Rede SAC/ Abrigos é a comparação entre o número de entidades atendidas pelo programa e o total de abrigo existentes em alguns municípios brasileiros, por exemplo no município de São Paulo é de apenas 17,5 %; em Porto Alegre, apenas 22%; e no Rio de Janeiro, 15,8%. Contudo, mesmo não contemplando a totalidade dos abrigos, a pesquisa fornece dados significativos que nos permitem conhecer as características dos serviços prestados pelas instituições beneficiadas no âmbito do SAC e obter informações para melhorar o apoio às instituições que prestam serviços a crianças e adolescentes em situação de abandono social.

São considerados **abrigos**, de acordo com Silva (2004,p.38), todas as instituições que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e das meninas acolhidos. As entidades portanto podem ser analisadas à luz dos artigos do ECA que tratam dos abrigos. São excluídos dessa definição as instituições com exclusividade de atendimento para adultos e adolescentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, mais conhecidas como comunidades terapêuticas, as quais tem seu funcionamento e prestação de serviços disciplinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e não pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

Um indicador interessante do universo pesquisado é de que 68,3% dos abrigos são não governamentais e 67,2% deles, possuem significativa influência religiosa. No que se refere à manutenção dos abrigos não governamentais, cerca de 70 % dos recursos são próprios ou se originam de doações de pessoas físicas ou jurídicas. A contribuição dos recursos públicos, situa-se em torno de um terço do total. A explicação para esse fato só pode ser compreendida pela análise das raízes histórico- culturais que remetem a formação da sociedade brasileira e a certas representações acerca da criança e da família pobres, que ainda subsistem e prevalecem no fazer cotidiano das entidades de atendimento e no de muitas organizações que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos.

De acordo com relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e Equidade: Pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente, redigido pela UNICEF (IPEA/CONANDA, 2003), no Brasil o contingente de crianças e adolescentes é de 61 milhões, desse total 45% são pobres, vivendo em famílias cuja renda per capita não ultrapassa ½ salário mínimo. O "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes" da Rede SAC (IPEA/CONANDA,2004) encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo nos 589 abrigos pesquisados em todo o Brasil. A maior parte deles se encontra na região Sudeste, que concentra 49, 1% dos abrigos e 45% dos abrigados. As participações das demais regiões no total de crianças e adolescentes são bem menores : a região Nordeste é responsável por 29,4%; a região Sul, por 15,5%; a região Centro Oeste, por 8,2%, e a região Norte, por apenas 1,9%. A maior concentração de abrigos na região Sudeste reflete, as próprias características do universo de abrigos que compõem a Rede SAC do Ministério do Desenvolvimento Social

No conjunto das Instituições cadastradas na Rede SAC/ Abrigos para Crianças e Adolescentes, o percentual de Instituições no estado do Paraná corresponde a 5, 8%. Dados do IPEA (2003, p.26 - tabela 3) mostram que haviam cadastradas 39 instituições abrigo, das quais 17 eram de natureza religiosa. Segundo Freire (1994), as primeiras instituições / abrigo públicas foram fundadas em 1950 no Estado do Paraná, e as particulares (religiosas e empresariais), foram fundadas nas décadas de 60 e 80.

Na cidade de Ponta Grossa, conforme dados obtidos junto ao CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa), existem sete abrigos, dos quais três são femininos, três masculinos e um misto. Todos são de natureza não governamental, mantêm convênio com o poder público e são administrados por Instituições de caráter religioso.

Dentre essas instituições religiosas encontra-se o nosso foco de estudo: O Instituto João XXIII, Abrigo para crianças e adolescentes, do sexo masculino, em situação de risco pessoal e ou social, na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

2. A PESQUISA: Histórico da Instituição /Abrigo João XXIII

Na primeira Ata da Instituição consta que "o abrigo foi fundado no dia vinte de maio de 1967. O Bispo D. Geraldo Pellanda reuniu algumas pessoas da comunidade com o propósito de instalar e fundar um Instituto de Assistência ao Menor uma vez que já de posse do antigo Abrigo de Menores, transferido pelo prefeito Municipal daquela época Plauto Miró Guimarães. Nessa data foi dado por iniciado e fundado o Instituto João XXIII, pelo Sr. Amadeu Maggi o qual traçou os planos de execução da obra e propôs a organização de uma diretoria para reger e orientar os trabalhos de implantação."

Na seqüência fizeram a mediação com os Padres da Congregação Religiosa Sagrada Família de Nazaré - cuja missão é a educação cristã voltada para a promoção humana e social - os quais assumiram a administração da Instituição/Abrigo no dia 02 de fevereiro de 1976.

A Congregação foi fundada no século XIX , em Brescia, na Itália, pelo beato Padre João Piamarta (1841-1913), a qual tem por fins: incrementar a formação e instrução de crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 18 anos, com preferência pelos mais pobres, órfãos e /ou abandonados em atendimento gratuito; proporcionar-lhes ambiente sadio para estudo, formação, trabalho e lazer; promover obras sociais em seu favor. A educação Piamartina objetiva a formação integral tendo em vista a inclusão social. São oferecidas oportunidades de formação profissional na área artesanal, técnico-industrial e técnico-agropecuário procurando-se atender os seguintes princípios do Art.92 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: Preservação dos vínculos familiares; Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; Atendimento personalizado e em pequenos grupos; Desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; Não desmembramento de grupos de irmãos; Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; Participação da vida da comunidade local; Preparação gradativa para o desligamento; Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Os abrigados residem em cinco casas-lares³ de acordo com a faixa etária. O acompanhamento e orientação é realizado por uma equipe de pessoas - do sexo masculino, em diferentes fases de formação para a vida religiosa - em período integral, exceto durante o horário de aula na escola regular. As atividades desenvolvidas no Abrigo são de natureza educacional, artística, cultural, esportiva, recreativa e de iniciação profissional.

2.2 O Problema de Pesquisa, Objetivos e Metodologia

Vimos no decorrer da breve retrospectiva histórica sobre as políticas para a proteção da infância e adolescência que as ações tem sido executadas e implementadas pela área Jurídica e Assistencial. Por essa razão, os projetos e atividades educativas bem como a formação do adulto que desempenha o papel de educador nessas Instituições não tem recebido atenção como objeto de estudo e pesquisa. O relatório do IPEA/CONANDA, 2004 faz

³ Para melhor atender as disposições da alínea "c", do Art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente

referência a distribuição dos abrigos da Rede SAC, segundo outros serviços oferecidos, além do programa de abrigo. Porém, não há menção explícita sobre os aspectos de acompanhamento e orientação dos abrigados. Entre os 66,2% dos abrigos que oferecem outros tipos de atividades destacaram-se, pela proporção dos abrigos que os realizam: atividades no turno complementar ao da escola (40,7% dos abrigos); apoio psicológico e/ou social a famílias de crianças e adolescentes carentes (38,4%), cursos de profissionalização (32,8%), escola (23,1%); creche (21,6%) e pré escola (19,9%). Não encontramos referência específica ao trabalho educativo de acompanhamento e orientação realizado junto aos abrigados, sobre como são atendidos, se existe um procedimento sistematizado de acompanhamento, bem como se há alguma proposta de formação continuada, voltada para os adultos responsáveis pelo cuidado dos abrigados. O relatório aborda a situação dos recursos humanos nos abrigos, com o foco voltado para os Dirigentes, os quais em sua maioria possuem formação no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, destacando-se os assistentes sociais seguidos pelos profissionais do ensino e em terceiro pelos profissionais da religião. Entretanto, o fato de serem dirigentes não significa que são os mesmos que assumem o cuidado diário junto aos abrigados. Em nosso estudo focalizamos tanto os dirigentes quanto os demais adultos responsáveis pelo cuidado das crianças e adolescentes. Embora o Abrigo não seja responsável pela educação formal, especificidade da Escola, constitui-se também em espaço educativo no âmbito da formação humana, porque envolve tanto o conhecer, quanto o aprender a fazer (iniciação ocupacional / profissional), a viver juntos (comunidade do abrigo) e sobretudo aprender a Ser.

Embora a lei preconize o aspecto transitório da abrigagem, pressupomos que mesmo em condição temporária é indispensável um projeto de acompanhamento e orientação educativa com os abrigados, durante o tempo em que permanecem no Abrigo, considerando-se que a média nacional do tempo de permanência é de dois a cinco anos.

O trabalho educativo é uma atribuição que difere da Assistente Social cuja atuação é voltada para o acompanhamento junto ao Juizado e Conselho Tutelar dos processos de ingresso e permanência da criança e do adolescente no Abrigo, bem como assegurar a manutenção do vínculo familiar.

Foi o intuito de compreender como é realizado o trabalho educativo junto aos abrigados que gerou a pesquisa junto ao Instituto /Abrigo João XXIII. Adotamos inicialmente uma perspectiva dialética para a construção de conhecimento sobre aquela realidade, e gradativamente fomos assumindo uma postura fenomenológica na medida em que foi sendo estabelecida uma esfera de intersubjetividade entre o grupo de participantes. Como poderíamos adentrar em questões educacionais sem conhecer o contexto da situação de abrigagem? O primeiro passo, portanto, consistiu em obter um quadro preciso sobre o número de abrigados, ano de ingresso na Instituição, tempo de permanência, as razões do encaminhamento ao Abrigo, e a manutenção dos vínculos familiares. Para atingir esse objetivo optamos pela pesquisa documental junto aos arquivos da Instituição/Abrigo e entrevista com a Assistente Social.

Concomitante, demos início a pesquisa-ação junto a equipe de responsáveis pelo atendimento dos abrigados. No primeiro semestre de 2004 essa mesma equipe havia participado de um curso de extensão universitária com 45 horas de duração sobre Psicologia da Educação e Orientação Educacional. A pesquisa-ação configurou-se como uma oportunidade de darem continuidade a formação, e avançarem no sentido de construir e sistematizar um método de acompanhamento, para viabilizar a orientação e atendimento individualizado dos abrigados. A meta era a de melhorar qualitativamente o trabalho educativo adequando-o as peculiaridades da clientela.

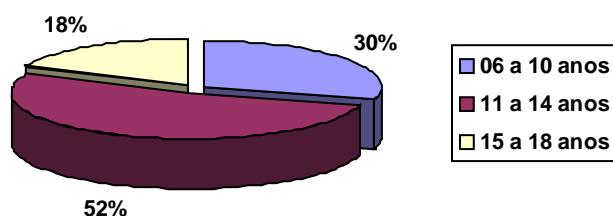
A pesquisa - ação institucional, segundo Barbier (1985) tem por objeto o conhecimento preciso da práxis institucional do grupo a fim de dar-lhes a possibilidade de

saber mais e poder agir melhor sobre a realidade. Nesse sentido utilizamos como estratégia metodológica a formação de grupo operativo⁴ com a equipe de participantes (dirigentes e cuidadores), e como instrumentos de coleta de dados, questionários e diário de campo.

2.3 Sobre a Pesquisa Documental

Quando tivemos acesso aos arquivos da Instituição/Abrigo, constatamos que a documentação individual de cada abrigado estava bem organizada. Contudo, até o início deste projeto não havia sido realizado nenhum estudo ou pesquisa sobre o perfil da clientela - faixa etária, data de ingresso, período de permanência - bem como sobre as razões do encaminhamento ao Abrigo e a manutenção dos vínculos familiares. Tínhamos por pressuposto que a obtenção desse quadro era imprescindível para compreendermos as peculiaridades da clientela e darmos prosseguimento ao projeto de pesquisa. A análise dos indicadores obtidos pela pesquisa documental é apresentada a seguir:

Figura 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ABRIGADOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

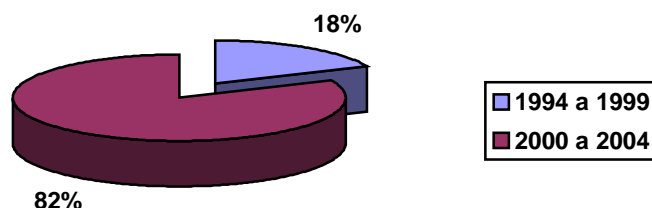


A Instituição mantém noventa e oito abrigados, dentre os quais quarenta e cinco possuem vínculo de irmandade entre si. Nesse aspecto atende ao previsto no Art. 92 do ECA, alínea E, no que diz respeito ao não desmembramento de grupos de irmãos. Entretanto, revela também a face perversa do abandono familiar. Quanto a faixa etária, 29 meninos encontram-se entre seis a dez anos; 51 entre onze e quatorze anos e 18 entre quinze e dezoito anos. A concentração de 70% dos abrigados na fase da adolescência é um indicador relevante sobre a natureza das demandas educacionais emergentes desse grupo que pode orientar as temáticas dos projetos e atividades educativas para esse grupo de meninos.

- Os meninos e adolescentes no cotidiano no Abrigo

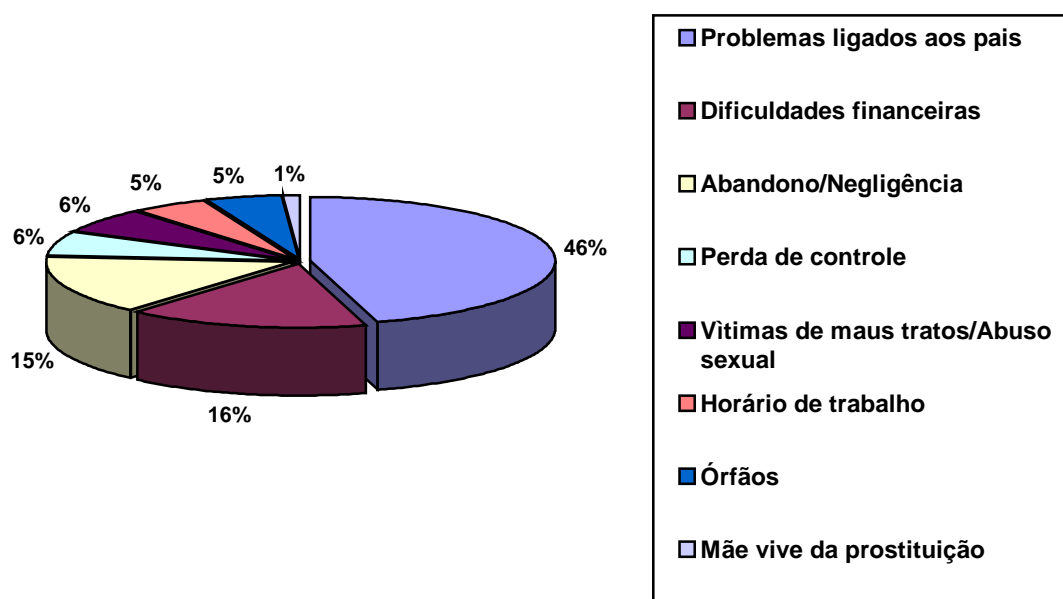
O período da tarde concentra o maior número de meninos/adolescentes. Para viabilizar o atendimento, os meninos são agrupados de acordo com as séries, de 1ª a 4ª séries, e de 5ª a 8ª séries conforme o turno que frequentam na escola regular. O horário aproximado de atividades estende-se pela manhã das 8.00 às 11.30 e à tarde das 13h30 às 16h00 e consta de horário de estudos, tarefas e reforço escolar; auxílio na limpeza em vários setores: a horta, o jardim, a lavoura; recreação orientada duas vezes por semana com professora de educação física; recreação livre; música e banda. Os abrigados são permanentemente acompanhados pela equipe responsável, inclusive nos horários das refeições e à noite nas respectivas casas lares.

⁴ "O grupo operativo é um instrumento de trabalho, um método de investigação e cumpre, além disso, uma função terapêutica". (RIVIERE, 1988).

Figura 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ABRIGADOS SEGUNDO O ANO DE ENTRADA

Constatamos que permanecem no abrigo, meninos cuja entrada ocorreu em 1994, configurando, portanto, aproximadamente dez anos de permanência na Instituição. Esse fato contraria a previsão legal segundo a qual o tempo de permanência no abrigo deve ser o mais breve possível uma vez que o lugar da criança é junto a família. O tempo de duração da institucionalização, segundo o levantamento nacional da Rede SAC varia entre dois a cinco anos para 32,9% de todos os abrigados. A violação dos direitos consagrados pelo ECA, sobre a permanência em caráter provisório e excepcional é um indicador de que a família ainda não apresenta condições para o retorno do filho. Takashima (1994, p.83-87), salienta que sem desconsiderar os avanços que vêm sendo alcançados, no discurso político é mencionada a questão do atendimento à família, porém, na prática é perceptível um descompasso, por uma série de pontos significativos, entre os quais: recursos financeiros insuficientes e, conseqüentemente, incapazes de prover o que necessitam as famílias em situação de risco; incompatibilidade entre "projetos coletivos de atendimento às famílias e o privilégio concedido à forma atomizada, individualizada, de ação".

De modo geral, quanto menor a idade da criança, maior é a dificuldade inicial de adaptação ao Abrigo, conforme relato da Assistente Social, "[...]as vezes chega um menino de seis aninhos, então para que ele consiga ficar longe da família, da mãe que até então ele estava dormindo e acordando junto, trazê-lo para uma rotina diferente, é bastante complicado para a criança vencer. Mas depende de caso para caso. No geral é mais num primeiro momento essa dificuldade[...]"

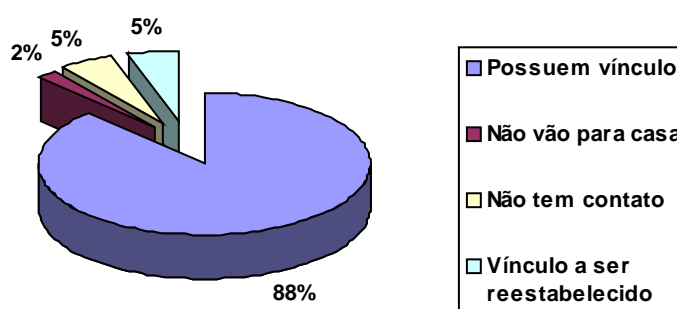
Figura 3 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ABRIGADOS**SEGUNDO OS MOTIVOS DO ENCAMINHAMENTO**

Os encaminhamentos para o abrigo são realizados em grande parte pelo Conselho Tutelar, 58 casos; seguido pela própria entidade mantenedora, 20 casos; e Vara da Infância e Adolescência, 19 casos. Em 73 casos os encaminhamentos são atribuídos a fatores relacionados aos genitores: alcoólatras, usuários de drogas, separados, não casados, problemas psíquicos ou mentais; 25 casos de dificuldades financeiras; 24 casos de abandono e/ou negligência; 10 casos atribuídos a perda de controle na educação dos filhos; 10 casos foram vítima de maus tratos e /ou abuso sexual; 8 casos de incompatibilidade entre o horário no trabalho e o cuidado do filho; 8 órfãos; 2 casos em que a mãe vive da prostituição.

Os indicadores que encontramos coincidem com os resultados de pesquisas em outros Abrigos, realizadas por Weber e Kossobudzki (1994), Fonseca (1995); Sarti (1996), Pereira e Costa (2003). Esses estudos demonstram que a situação de abrigagem excede aos limites locais, relacionando-se a uma estrutura social mais ampla, denunciando a realidade de nosso país, que historicamente vem sendo marcada pela desigualdade social, na qual muitas vezes os abrigos são a única forma de sobrevivência imposta aos filhos de família economicamente desfavorecida.

Uma das possibilidades de explicarmos a gênese do encaminhamento da criança ao abrigo é a de que a conjugação das seguintes variáveis - dependência de substâncias psicoativas, problemas psíquicos e mentais e dificuldades financeiras - fragilizam internamente a família tornando-a suscetível as influências e pressões do mundo externo (não emprego, sub emprego, baixos salários, moradia sem condições mínimas de bem estar e dignidade), colocando em risco a estrutura e a organização familiar e acarretando a ruptura dos vínculos parentais. É preciso apreender a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual os fatos podem vir a ser compreendidos, portanto o processo de desorganização social e familiar, o crescimento da pobreza, e a conseqüente situação de risco e marginalização da criança e do adolescente não é produzida por sua família e nem tampouco por eles mesmos (quando os pais alegam que perderam o controle). Ambos são vítimas do modo de produção da própria sociedade em que vivem e da falta de políticas sociais básicas de caráter efetivo, e não compensatório.

Figura 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ABRIGADOS SEGUNDO OS VÍNCULOS FAMILIARES



Ao analisarmos a questão do vínculo familiar nos deparamos com algumas dificuldades conceituais. A primeira delas refere-se ao termo "abandono". Segundo Weber e Kossobudzki (1994, p. 33), a lei não define de forma clara o "abandono" e essa imprecisão talvez dificulte a caracterização dos vínculos familiares. Pode-se supor o abandono quando não existem condições econômicas ou de relacionamento afetivo, ou quando existe de fato, separação de corpos, maus tratos. Pereira e Costa (2004) referem-se a necessidade de

ultrapassarmos a visão reducionista do abandono - como relacionado apenas à diade família / criança ou adolescente - para se atingir uma visão mais complexa e contextualizada do fenômeno. Desse modo, o abandono não deve ser visto apenas sob a ótica das relações familiares, mas compreendido como processo co-construído, do qual participam também o contexto social, institucional, jurídico, econômico, político e cultural brasileiro. A segunda dificuldade que encontramos refere-se ao conceito de "Família". A imagem da família "composta por pai, mãe e algumas crianças vivendo numa casa" corresponde, sem dúvida, hoje, a uma concepção ideal de família nuclear burguesa. A análise da família a partir desse modelo tem como centro mais a "estrutura da família" do que a "qualidade das inter-relações" na família, afirma Szymanski (1995,p.24). Quanto a configuração familiar, complementa Munhoz (2004,p.7), encontramos na família vivida/real, mulheres sozinhas com os filhos por motivo de desavença e separação do casal; mulheres solteiras criando seus filhos e muitas avós criando os netos, mesmo com a presença de homens na casa, famílias que de fato são matrifocais, porque nelas a mulher desempenha papel axial e de significativa expressão, filhos decorrentes de uniões anteriores tanto do homem como da mulher, convivendo com filhos do casal; homens convivendo com mais de uma mulher ao mesmo tempo e, em muitos casos, com a convivência das distintas parceiras.

As formas de organização da família brasileira pode ser melhor entendida segundo Silva (2004, p. 289), a partir da Teoria do Desvio, cuja noção decorre da presunção de ser a *família nuclear* o padrão por excelência de organização familiar e social, que no Brasil, sempre coexistiu com modelos de organização familiar próprios das comunidades indígenas preexistentes, e também, com modelos de organização familiar e tribal dos negros africanos, posteriormente agravados por eventos como a Lei Áurea e a Lei do Ventre Livre. A legitimação do modelo de família nuclear como padrão hegemônico de organização familiar e social ocorreu com a edição do Código Civil Brasileiro, em 1916, e a instituição do protótipo de homem - branco, cristão, proprietário e letrado -, em função do qual dar-se-ia o processo de legitimação social da mulher e dos filhos a partir do casamento.

A teoria de desvio do padrão de família nos auxilia compreender a noção de Abrigo como instituição reparatória e a família substituta como possibilidade de reenquadramento da pessoa dentro do padrão de normalidade social. O Abrigo e a prática do abrigamento, de acordo com Silva (2004, p. 290), tem sido justificada do ponto de vista ético-moral pela Teoria do Contrato Social, a partir do pressuposto de que a parte mais estável, mais próspera e melhor estruturada da sociedade possui responsabilidade moral na proteção dos mais fracos, vulneráveis e desamparados. Contudo, historicamente, durante a vigência dos códigos de menores de 1927 e 1979, o abrigamento foi praticado no Brasil não como medida provisória, de caráter reparatório, com o objetivo final de restituir a normalidades da organização familiar, mas como medida definitiva, excludente e corroboradora da situação de desvio sociofamiliar. Isso ocorreu em virtude do perfil da criança abrigada - afro descendente e masculina - incompatível com o modelo de família patriarcal fomentado pelo Código Civil Brasileiro.

Em nosso estudo encontramos o índice de 88% referente ao percentual de meninos/adolescentes que mantém os vínculos familiares, efetivando-se nesse aspecto o cumprimento das disposições legais contidas no ECA⁵. Esse índice é mais promissor do que o obtido no levantamento nacional da Rede SAC, o qual apontou o fato de 86,7% das crianças e adolescentes abrigados possuírem famílias, com a qual 58,2% mantém vínculos.

O relacionamento da Instituição/abrigo com a família é considerado prioritário entretanto é uma tarefa árdua, conforme relato da Assistente Social:

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, título IV, artigo 129

[...]a gente tenta colocar para a pessoa que traz a criança, a participação direta que até então a família teve na vida da criança e que a gente só vai conseguir trabalhar em conjunto com essa família, não é assumindo responsabilidade por ela, mas trabalhando junto.

A Instituição quer compartilhar com a família a responsabilidade mas nem sempre a participação da família é como o desejado, ou como preconiza a legislação:

[...] Tem situações ali com outras dificuldades... falta de trabalho, diferente de falta de compromisso e responsabilidade da família no atendimento do menino. Nesse caso você percebe que ela já se mostra mais aberta a participar da instituição. Diferente de outros casos quando é perda de controle e indisciplina. A gente tem mais dificuldade com a participação e envolvimento da família no trabalho da instituição. A partir da vinda do menino para a instituição a gente tem dificuldade com a família também. Mas aí a gente tem que se unir, quebrar um pouco essas barreiras e incentivar essa participação. Colocar a importância da participação dela no trabalho da instituição em relação ao trabalho com a criança. Têm a família e tem a instituição e as duas precisam estar juntas nesse trabalho, sendo só de um lado não se consegue.

Existem aspectos contraditórios sobre a educação compartilhada mencionados por Bilac (1995), de que a interferência de profissionais na educação e orientação de crianças e adolescentes debilita a autoridade dos pais, e uma vez diminuída essa autoridade diminui também sua responsabilidade. Uma vez impossibilitada de atender as necessidades ou “pseudo-necessidades” de sua prole produz revolta tanto em quem é privado, quanto em quem priva os seus dos recursos necessários para supri-las. Os resultados da pesquisa documental quanto as razões do encaminhamento indicaram que dez meninos foram abrigados em virtude dos pais terem perdido o controle sobre seus comportamentos. Nesses casos, os pais tem expectativa de que a Instituição assuma o papel correccional e repressivo. Configura-se, portanto, uma situação delicada que desafia a formação dos educadores da Instituição quanto a tarefa educativa. Sobre a educação compartilhada, as responsabilidades da instituição e da família são complementares, afirma a Assistente Social do Abrigo:

[...]dividir bem qual é a tarefa, a participação da instituição na vida daquela criança a partir do momento em que é abrigada e qual é a responsabilidade que continua cabendo da parte da família no trabalho da instituição, e por sua vez na vida da criança. É preciso envolver a família desde o primeiro momento de atendimento da criança, porque a gente trabalha da seguinte forma: a gente acolhe a criança, mas ela precisa continuar mantendo contato com a família. De forma alguma a gente pode incentivar esse afastamento, ou essa falta de compromisso e de responsabilidade da família.

Portanto, o vínculo e à convivência familiar precisa ser compreendido como um direito da criança e do adolescente pelo fato de que a permanência no Abrigo é temporária e o retorno a família é uma questão de tempo.

2.4 SOBRE A PESQUISA-AÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2004, dezessete integrantes da equipe haviam participado de um curso de extensão universitária sobre Psicologia da Educação e Orientação Educacional (45 horas/aula), e mostravam-se sensibilizados e motivados para rever sob nova ótica o trabalho educativo que vinham realizando. Os fundamentos teóricos sobre a psicologia evolutiva propiciou conhecimentos que modificaram seus olhares perante a infância e a adolescência e conseqüentemente sobre o menino e o adolescente sob seus cuidados. Faltava-lhes entretanto, articularem esses conhecimentos no planejamento e operacionalização de

ações concretas que efetivamente lhes permitissem realizar o acompanhamento e a orientação dos abrigados. Contudo, esse empreendimento exigiria uma nova postura, no sentido de tornarem-se co-pesquisadores, uma vez que a formação estava ocorrendo **na Instituição e com ela** e não **sobre ela e para ela**. Estabelecemos um cronograma de reuniões, constituindo o que Riviére (1988) denomina "grupo operativo" o qual funcionou como um laboratório onde as relações entre a educação e a inclusão social na formação dos abrigados se desvelaram com toda sua significação. Essa fase da pesquisa-ação contou com dezesseis participantes, todos do sexo masculino, dos quais 70% situavam-se na faixa etária entre 23 a 29 anos e 30% entre 30 a 48 anos. Quanto a escolaridade, dez haviam cursado Filosofia, cinco segundo grau e apenas um terceiro grau incompleto. Procedemos junto a esse grupo, o levantamento das concepções sobre educação e o papel do educador, as quais analisadas desvelaram múltiplos sentidos, vinculados a esperança, presença, comprometimento com o futuro dos abrigados, configurando-se portanto em uma atividade educativa que não se esgota em si própria. As expressões verbais referentes a *presença*, *esperança*, *futuro* nos permitem estabelecer aproximações com o conceito formulado por Saviani (1983, p.77) segundo o qual "Educação é uma atividade mediadora no seio da prática social global". Paradoxalmente, quanto ao papel do educador, pudemos desvelar aspectos muito semelhantes as virtudes requeridas ao mestre pensador, quando Nietzsche se refere a *Schopenhauer como educador* "o verdadeiro pensador reconforta e acalma sempre, exprimindo a sua seriedade ou a sua brincadeira, a sua perspicácia ou a sua divina indulgência; sem gestos cheios de rancor, mãos trêmulas, olhos cheios d'água, mas com segurança e simplicidade, com coragem e força (Oliveira Bolfer, 2002, p.128). Os sentidos atribuídos pelos participantes emergiram de um saber construído na prática cotidiana com os meninos e adolescentes, mesclado com os princípios filosóficos e cristãos que caracterizam a natureza confessional da Instituição /Abrigo.

Os indicadores obtidos pela pesquisa documental contribuíram significativamente para o prosseguimento da pesquisa-ação, porque forneceram uma base de dados consistente sobre as quais os educadores puderam iniciar os estudos de caso sobre os abrigados que estavam sob suas responsabilidade. O encontro entre o conhecimento teórico como os saberes da prática resultou num conhecimento reelaborado. Esse conhecimento foi construído envolvendo três dimensões, a pessoal, comunitária e social.

As reuniões do grupo operativo eram quinzenais, com quatro horas de duração. Perfizeram um total de vinte horas, durante as quais os educadores tiveram tempo e espaço para pesquisar, questionar, pensar seus objetivos e finalidades e fazerem frente as questões educativas que emergiram. Os temas de estudo, os relatos e as ações decorrentes são demonstradas a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS REUNIÕES - Ano 2004

DIA DA REUNIÃO	ESTUDO	O QUE EMERGIU	ACÇÕES CONCRETAS (RESULTADOS)
05/10	Construção do projeto Conhecer, Amar e Educar. Elaboração da ficha de observação e acompanhamento.	Relatos orais sobre: Vínculo familiar; Ambiente familiar X Ambiente da Instituição; Desenvolvimento da consciência moral.	Formação de uma equipe de acolhida dos menores que ingressam no abrigo. Consulta aos indicadores da pesquisa documental sobre a gênese do encaminhamento.
21/10	Das prescrições pedagógicas à pedagogia como entendimento das contradições educativas (MEIRIEU, 2002, p.117 - 225.). Fases do desenvolvimento moral segundo Piaget / Kolberg.	Relatos de episódios sobre: Timidez, baixa autoestima, sexualidade, abuso sexual, correção e limites.	Início do preenchimento das fichas de observação e acompanhamento do desenvolvimento dos meninos abrigados. (experiência piloto)
04/11	Continuação do anterior	Relatos orais sobre o rendimento escolar.	Maior atenção nas orientações de tarefa.

			Disponibilizar aos educadores uma pasta com xerox dos boletins escolares.
19/11	Estudos de caso.	Relatos orais sobre questões referentes a auto-imagem; auto-conceito; rejeição, vínculo familiar .	Complementação dos dados das fichas. Análise de casos.
15/12	Avaliação da ficha de observação. Estudo de casos	Solicitação de projetos sobre sexualidade, valores e cidadania junto aos abrigados.	Reivindicação junto a Vara da Infância e da Adolescência a presença de um psicólogo para o atendimento sistemático.

Durante as reuniões procuramos seguir uma linha hermenêutica, tentando ultrapassar categorias estanques e identificando o latente nos depoimentos, de forma a realizar uma análise, em profundidade, que propiciasse a apreensão do real numa perspectiva dinâmica e numa dimensão histórica. Na análise não utilizamos a literatura como camisa de força. Ao contrário, tendo-a sempre presente, buscamos criar seu próprio esquema e utilizar categorias concretas que expressam as relações específicas que foram surgindo ao longo do estudo.

Durante a pesquisa-ação identificamos a necessidade de construir um instrumento de observação que viesse auxiliar os cuidadores na observação e acompanhamento dos meninos. Elaboramos em conjunto uma ficha modelo a qual foi multiplicada e entregue para os educadores preencherem em número correspondente aos abrigados sob sua responsabilidade. Essas fichas constituíram material precioso de análise e discussão no grupo operativo. Foram preenchidas cento e dezenove fichas, sendo que 21 delas correspondiam ao registro de mais de um educador sobre o mesmo abrigado. A ficha continha os seguintes itens: a) Condições físicas relacionadas ao sono, enurese noturna, disposição geral; b) Condições emocionais; c) Comportamento social; d) Habilidades cognitivas e artísticas; e) Rendimento escolar; f) Projetos que o abrigado participa; g) Temperamento.

Posteriormente as fichas foram reformuladas no sentido de ampliar o foco nos aspectos educacionais e suprimir itens que dificultavam a obtenção de registros consistentes. Os educadores avaliaram positivamente o uso desse recurso para o acompanhamento dos meninos/adolescentes e enfatizaram a importância do estudo compartilhado porque permitia que os casos fossem analisados sob diferentes olhares ampliando a compreensão sobre aquele menino e ou adolescente. Um dos indicadores relevantes referente a avaliação da ficha, foi o efeito provocado nos próprios educadores. O preenchimento da ficha gerou reflexão sobre si próprios contribuindo para o autoconhecimento. Portanto as fichas revelaram dupla finalidade - instrumento para auto e hetero conhecimento. Ficamos surpreendidos com o fato de um instrumento simples como uma ficha de observação desencadear um salto qualitativo no trabalho educativo. Percebemos que estávamos sistematizando procedimentos que contribuiriam para complementar os prontuários dos abrigados, e mesmo que houvesse rotatividade entre os educadores⁶ não haveria descontinuidade no trabalho educativo.

Outro resultado significativo da pesquisa-ação foi a mobilização do desejo e da necessidade de formação continuada dos educadores para atenderem com eficiência as demandas educativas dos meninos e adolescentes abrigados. Demonstraram que ocorreu uma mudança qualitativa na postura que outrora assumiam de atendentes **para educadores**. Houve uma ampliação de consciência a respeito do papel que exerciam junto aos abrigados. Passaram a compreender sob o ponto de vista teórico que o trabalho educativo que realizavam se caracterizava pelo aspecto da *mediação*.

Identificamos com base no referencial teórico de Feuerstein (Feuerstein, 1980; Gomes, 2002), que na interação dos educadores com os abrigados se destacavam dois tipos de mediação: a mediação do significado e da consciência da modificabilidade. Segundo

⁶ Considerando a natureza confessional da Instituição /Abrigo é prática comum a transferência dos educadores religiosos para outras sedes da Instituição, tendo em vista completarem a formação religiosa.

Feuerstein, mediar significado é a essência da transmissão cultural. A criança aprende o *modus operandi* de uma cultura porque as pessoas dão significado às ações e crenças do grupo ao qual está inserida. Ao ensinar um conceito, um valor, uma forma de fazer ou agir, o adulto não está apenas explicando o conceito em si, mas o redimensiona dentro de uma estrutura de valores, crenças e ideais permitindo que a criança entenda o conceito e as interrelações que mantém com outros conceitos inseridos em outros contextos, teorias ou momentos históricos. A atribuição de significados é produto do grupo cultural, é subjetiva. E portanto, é essa atribuição subjetiva que possibilita a integração da criança ao grupo, pois ambos, criança e grupo cultural, partilham de significados comuns.

A segunda mediação denominada "mediação da consciência da modificabilidade" traz implícita a idéia de movimento, de transformação e, portanto, de desenvolvimento. Os educadores, nas interações com os abrigados davam ênfase a perspectiva de futuro, do que poderiam vir a ser como cidadãos, profissionais, pais de família, enfim a valorização e desenvolvimento das potencialidades dos meninos e adolescentes.

Durante a pesquisa-ação foi possível acompanhar e compreender como foram ocorrendo as mudanças na postura dos educadores. Na medida em que as situações concretas do trabalho educativo eram compartilhadas, refletidas e analisadas, a apreensão de sentidos foi sendo enriquecida quanto ao desejo, vontade, decisão e ação de assumirem o papel de educador. Atribuímos esse avanço ao interesse e motivação dos participantes, as contribuições teóricas e metodológicas e as trocas intersubjetivas viabilizadas pela pesquisa-ação. As categorias de sentido das expressões utilizadas pelos educadores *como amor, afeto, acolhida, atenção, valores, autonomia, confiança na vida* encontraram modos de objetivação pedagógica.

Reconhecemos que há muito que caminhar, porém podemos afirmar que já ocorreu algo semelhante aquilo que Capra (1988) denomina ponto de mutação, ou seja o surgimento de um novo modo de compreender e realizar o trabalho educativo com os abrigados. Essa mudança foi significativa uma vez que contribuiu para revitalizar o carisma da Congregação voltado para a educação e inclusão social da infância e juventude. Do ponto de vista acadêmico/científico esta pesquisa contribuiu também para a construção de conhecimento sobre as questões educacionais peculiares aos Abrigos que envolvem a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados, e que portanto podem ser generalizadas para outras Instituições /Abrigo.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. **Pesquisa - Ação na Instituição Educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: BRANDT DE CARVALHO, M.C. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez / EDUC, 1995.
- BRASIL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília. Senado Federal: Centro Gráfico, 1990 .
- CÂMARA, L.T. **Estatuto da Criança e do Adolescente: 10 anos - Avanços e Dificuldades**. www.trt13.gov.br/revista/leoncio.htm. acesso em 11 de abril de 2005.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- FALEIROS, V. P. **Infância e Adolescência: trabalhar, educar, assistir, proteger**. Revista *Ágora*, ano 1, n.1 outubro de 2004 - ISSN -1807-698X
- FEUERSTEIN, R. **Instrumental Enrichment**. Illinois, Usa: Scott, Foresman and Company, 1980.
- FREIRE, Fernando, **Abandono e Adoção**. Contribuições para uma cultura de adoção. Curitiba: Terra dos Homens, 1994.
- GOMES, C.M.A . **Feuerstein e a Construção Mediada do Conhecimento**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.

- IPEA/ CONANDA. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003,p.26.
- IPEA/ CONANDA. **Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.
- MUNHOZ, D. E. N. A Instituição Família: poder e limitações no contexto atual da sociedade brasileira. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL FRONTEIRAS NA AMÉRICA LATINA: DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO**, 2004, Santa Maria -RS, Anais UFSM, 2004. CD- ROM
- OLIVEIRA BOLFER, M.M.M de. O futuro das Instituições escolares : Nietzsche revisitado. In **Quaestio** - Revista de estudo de educação,Sorocaba, v.4, n.2, p.125 a 131, nov. 2002.
- PEREIRA,J.F.; COSTA,L.F. **O ciclo recursivo do abandono**. Disponível em <http://www.psicologia.com.pt/artigos>. Acesso em 20/03/2005.
- TAKASHIMA,G.M.K O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis - uma questão de postura. In: KALOUSTIAN,S.M (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF,1994.
- SZYMANSKI, H. Teorias e "teorias" de famílias. In: BRANDT DE CARVALHO, M. C. (Org.), **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez / EDUC, 1995.
- SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1983.
- SILVA, E.R.A .S (Coord). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, IPEA / CONANDA, 2004.
- WEBER, L. N. D. e KOSSOBUDZKI, L. H. M. Abandono e institucionalização de crianças no Paraná. In: FREIRE, F. **Abandono e adoção. Contribuições para uma cultura de adoção**. Curitiba. Terre des Hommes, 1994.